

A opinião pública na História e a História na opinião pública

Borges de Macedo*

Uma opinião pública começa por ser uma opinião que se difundiu, isto é, que se tomou pública e encontrou audiência. Adquire um significado mais consistente quando se lhe atribui expressão e função social permanente e média, susceptível de constituir um ponto de vista, com força para apontar um caminho próprio relativo a uma situação em debate. Por isso mesmo, envolve também um conceito de opinião que tem meios de argumentação e outros para se impor e permanecer, exprimindo, em qualquer caso, uma orientação, informações ou ponto de vista susceptíveis de influenciar mais do que o grupo, ou mesmo a pessoa, que os formularam e difundiram. Deve chamar-se a atenção para o facto de que, desde o princípio do seu aparecimento, a opinião pública envolve sempre – e só como tal existe – um ponto de vista susceptível de se difundir, dispondo, além disso, de recursos de argumentação para se manter diferenciado, no meio social que o recolhe. Esse mesmo meio pode propor acções em função daquilo que a opinião pública formula e propõe.

Por consequência, há opinião pública quando um ponto de vista de interesse colectivo se transfere do grupo ou pessoa que o formula para uma área social mais ampla e exprime uma atitude de intervenção. Os dois elementos – o grupo formulante e a área social de aceitação – têm de ser diferentes para que haja opinião pública.

Para se constituir, a opinião pública tem de dispor de mecanismos internos de formulação e conceptualização e de mecanismos de difusão para se apresentar como *pública*.

Podemos encontrar provas de intervenção da opinião pública já no Egipto antigo e na *Bíblia*. Citemos os acontecimentos que envolveram a queda do Império Antigo, no princípio do 2.º milénio. Citemos o início da preponderância do culto de Amon: os pontos de vista dos sacerdotes de Amon puderam transpor o seu grupo de formulação, atingir e impor-se em áreas sociais mais amplas. Do mesmo modo se pode verificar o triunfo de uma opinião pública, em dissidência, no debate em torno do culto de Aton com Amenófis IV e a sua expressão em termos de opinião pública, com uma arte e uma linguagem identificadora. O mesmo se pode dizer, depois, quando se desencadeou a resistência a esse mesmo culto. Assim como é impossível considerar a figura e a acção de Moisés, sem ter em conta a sua sensibilidade à opinião e à necessidade de a ponderar e de lhe atribuir normas seguras de observação e

* Professor da Universidade de Lisboa.

juízo.

Mas é na Grécia, e no órgão social característico da civilização grega – a cidade – em virtude dessas duas características atrás mencionadas – formulação de um ponto de vista, meios para ele se difundir – que a opinião pública se torna como que institucionalmente operativa e até se teoriza. Na verdade, utiliza recursos intelectuais com formas medianas de comunicação cada vez mais perfeitas – linguagem e a demonstração; dispõe de meios materiais – praça pública, a assembleia, o tribunal – onde os pontos de vista se estabelecem e se estabilizam, num corpo colectivo com voz que os recolhe, debate, difunde e impõe.

A opinião pública aparece e aprofunda-se, na Grécia, com essas duas dimensões claramente estabelecidas e recursos utilizados com regularidade. É mesmo na Grécia que a opinião pública se aperfeiçoa na expressão e na difusão, adquirindo formas próprias e estáveis – salientemos a retórica – que, durante muito tempo, constituíram a única forma do que chamaríamos hoje a tecnologia da informação. É também na Grécia que se tenta avaliar a opinião pública, em termos de votação e de expressão média. A lei do ostracismo em Atenas no plano político e o *coro* no plano literário exprimem um refinamento na procura dessa proteica dimensão social da opinião. Se formos ver a intervenção do *coro* no teatro grego, assistimos, como se estivesse vivo diante de nós, a um debate, ao triunfo de um ponto de vista geral que se particulariza no caso concreto, enunciando a decisão do «senso público». A resistência do concreto, ou melhor, a resistência do particular, a riqueza criativa do mecanismo da objecção tão típico do espírito ocidental, encarnam, vivem nos personagens. Para o nosso ponto de vista, podemos interpretar o teatro grego como um debate entre a opinião pública – o *Coro* – e as situações particulares inevitáveis e necessárias – os personagens, cada um com os seus argumentos. Deste conjunto nasce uma alternativa de posições em que uns se identificam com o corpo colectivo, ou seja a opinião pública que os comenta, e outros resistem, defendendo o direito ao particular que, aliás, o *coro* também compreende.

É também na Grécia que se dá o primeiro grande drama universal ligado aos equívocos da opinião pública, talvez porque os seus recursos se tenham desenvolvido excessivamente em relação às defesas sociais possíveis, e tenham sido menos cuidados em relação aos direitos do particular. Refiro-me ao juízo e à morte de Sócrates.

Temos prova, por outro lado, da formulação consciente da opinião pública e do seu uso político do mundo grego. Poderíamos citar, no geral, a existência dos sofistas, os

primeiros manipuladores da opinião pública – mas talvez valha mais a pena, para as nossas preocupações, citar a guerra do Peloponeso. As razões que, para o seu desencadeamento, dá Tucídides mostram bem quanto a opinião pública se inseriu na vida grega não só no esquema da consulta como na presença permanente de um debate generalizado. E vamos encontrar esse fenómeno não só em Atenas, como noutras cidades: Esparta, Corinto, Tebas, Argos. etc., etc. O emblema do poder da opinião pública pode ser encontrado no célebre discurso de Péricles, quando do enterramento dos primeiros soldados mortos na guerra do Peloponeso e onde ele enuncia, em termos médios, deliberadamente preocupado com a sua audiência do comum das gentes, as razões pelas quais aquela guerra tinha de prosseguir.

Não precisamos de prolongar muito mais as referências sobre como evoluiu a opinião pública. Contudo, importa dizer que, com a República romana, os pontos de vista médios, a sua formulação eleitoral, a definição de mecanismos próprios se tornam consistentes e operacionais, empregando a nossa linguagem. E surge igualmente a sua doença inevitável, ou seja, a tentação de a controlar, de a jugular. Não obstante, a opinião pública passou a existir e a impor-se como tal.

O papel da opinião pública não desaparece no Império como se pode ver, por exemplo, no velho Tácito. E em face das exorbitâncias nefastas dos imperadores, desencadeia-se a opinião pública e eles acabam por ser vencidos e substituídos. Não interessa o modo como isso ocorreu. Mas o que importa é que estes acontecimentos mostram que a opinião pública se tinha separado dos canais oficiais e aparece dotada de autonomia, ainda que precária. Com o Cristianismo reveste de uma dimensão religiosa e aumenta a capacidade de julgamento, na medida em que coloca acima de quaisquer dirigentes os princípios da lei natural que eles não podem transgredir e que passa a ter de ser o fundamento superior dos governos. Por esses princípios, a opinião pública se deve guiar para justificar o direito à divergência.

Também não vamos explorar esta via de formulação da opinião pública nem o modo como ela se instalou e diversificou na Idade Média. Devemos, contudo, dizer que, sem prejuízo de outras civilizações ou áreas, por diferentes vias, da poesia, ao púlpito, à praça pública, a Europa passou a formular-se como uma civilização onde a opinião pública é uma dimensão intrínseca à sua própria vida pública. Pode ser iludida, enganada, torneada, mas existe sempre. Na Itália, a luta entre Guelfos e Gibelinos ou seja entre partidários do Papa ou do imperador, as lutas nas cidades italianas assim como nas flamengas, os acontecimentos relativos à subida ao poder dos Valois em França, os debates filosóficos e religiosos, os

acontecimentos da guerra dos Cem Anos, etc., etc., não podem entender-se sem a opinião pública e a existência dos elementos indispensáveis e complementares à sua formulação e difusão, assim como à sua permanência, imposição ou valor. Contudo, na Idade Média, em termos de intervenção, a opinião pública estava aquém dos meios de que, para esse efeito de difusão, já dispunha. Decerto que este aspecto contou muito no aparecimento das ordens mendicantes, onde uma foi chamada dos *oradores*, outra teve em Santo António o mestre por excelência da expressão média.

A imprensa, o crescimento possível das cidades, o desenvolvimento da corte, o aumento do número de funcionários nos Estados absolutos, a existência de assembleias provisórias ou permanentes resultam, ou melhor, conduzem, a um aumento do papel da opinião pública e à inevitável melhoria do seu funcionamento. É neste período do Estado absoluto que nós encontramos, em simultâneo, tanto mecanismos de «fabrico» de opinião pública como confrontos onde a opinião pública foi essencial. A guerra dos Trinta Anos, as lutas civis na Inglaterra, a Fronda, a Revolução de 1640 em Portugal não podem entender-se se não dermos dimensão expressiva e directa à opinião pública. A sua intervenção pela imprensa ou na praça pública, na cidade, nas relações de família, nas cortes provinciais, na moda, etc., etc., tornou-se uma realidade permanente e mesmo quando havia risco, nunca deixou de existir e de manifestar.

O Liberalismo traz uma novidade: as propostas de consideração numérica e imediata da opinião pública. Desde logo nos confrontos entre Voltaire e Rousseau, exprimindo aliás um debate permanente na cultura europeia, se toca na consequência directa do confronto entre a consideração numérica dos votantes e as exigências dessa mesma opinião pública. A pressão dos problemas da opinião aumenta: que se há-de fazer a uma minoria? Como respeitar uma maioria? Como mantê-la? Como orientá-la? Opinião pública e opinião generalizada é a mesma coisa? A pergunta surge, pela primeira vez, em concreto.

Com o Liberalismo, a opinião pública reforça consideravelmente a sua posição, na modalidade numérica que tem de revestir. Aumentaram, ao mesmo tempo, os seus meios de informação imediata e este último facto vem dar gravidade inesperada a este problema da opinião medida, não pelo que diz, mas pelo número das pessoas que «a dizem». E surge a pergunta: quem tem razão, o senso comum ou o bom senso? A maioria ou a minoria? Como equilibrar os pareceres e governar? E o facto é verdadeiro, tanto para a opinião política como para outra qualquer.

A viabilidade da apresentação de opiniões divergentes, a consideração da sua força numerável obrigam à resposta e à tentativa de neutralização, assim com à necessidade da divergência ter de formular em termos maioritários para se manter como alternativa com audiência.

Estas questões tomaram-se cada vez mais essenciais ao nosso tempo, uma vez que a nossa característica fundamental, hoje, é aquilo a que podemos chamar o *crescimento da imediatidade*. Do correio ao telégrafo, do jornal à rádio e à televisão, da informação simultânea e da necessidade imediata de uma estratégia, há todo um conjunto de tecnologias que tornam instantânea a notícia: Nixon anunciou a situação mundial quanto ao petróleo com seis horas de intervalo sobre os dados indispensáveis à elaboração de uma orientação económica que a enfrentasse e não há muitos dias assistimos ao início da doença de Reagan, com o desencadeamento de efeitos imediatos na cotação do dólar. Elemento fundamental do nosso tempo é pois este de que a opinião pública está sujeita à informação imediata, ao facto particular imediato comunicado com meios crescentes e também imediatos de generalidade, pressão e insistência na informação fornecida. Qualquer facto considerado importante chega pelos canais usuais e correntes a todos os pontos que o recebem imediatamente, embora seja diverso o grau de influência que lhe está antecipadamente preparado.

E assim chegamos a um ponto paradoxal. Nos mecanismos políticos, a opinião pública tornou-se numerável, contável, em termos proporcionais. Estabiliza-se em votações, em partidos, em ideologias. Contudo, está sujeita ao imediato que a pode tornar, não irrelevante, mas irresponsável.

Assim, para o nosso tempo, o problema que se levanta é este: não podemos ignorar a opinião pública. não devemos ignorar a opinião pública. Ela é uma característica intrínseca da nossa civilização. Mas também não podemos ignorar que há, hoje, nela, dois novos factores de profunda influência, actuando e confrontando-se com força renovada: são eles, primeiro, as incidências da *notícia imediata*, alarmante, emocional, susceptível de perturbar a dimensão da estabilidade social. Em segundo lugar, os meios de expressão dessa opinião pública, pelo investimento, pelas exigências de serviços de apoio, cada vez se distanciam mais dessa mesma opinião pública que, assim, perde autonomia de comunicação e de formulação independente. Como assegurar a sua verdade e racionalidade e essa indispensável capacidade de formulação independente, como pública e argumentada, isto é, mantendo-se como área de opinião responsável? Ela, hoje, está mais do que nunca sujeita aos grandes medos

colectivos, às grandes pressões, assim como àquilo a que podemos chamar o emocional do imediato que pode ser preparado ou mesmo ampliado por mecanismos pré-existentes. Estes podem canalizar flagrantes factores de perturbação, contra os quais a opinião pública tem de estar preparada. Como enfrentar a situação, sobretudo porque, hoje, a própria opinião está separada dos recursos necessários para a sua *difusão*?

O problema mais significativo, hoje, é o de como dar segurança e generalidade verdadeiramente sintomática à opinião pública, neste contexto que se desenha de superficialidade, emocionalidade, espectacularidade e manipulação, sempre possíveis. É, insisto, o problema essencial.

Ora, para a sua solução, penso eu, pode intervir de um modo decisivo a História, assim como a própria epistemologia do conhecimento, todo o debate da cultura para resolver o problema do modo de tornar mais segura a opinião pública e de lhe dar meios para resistir às inevitáveis tentativas de manipulação. Como resistir às propostas, tanta vez aparentemente persuasivas, do acidental sugestivo, empolado pelos meios de comunicação social que, hoje, se encontram, em considerável medida, fora do alcance dessa mesma opinião?

Eis pois o problema intrínseco ao nosso tempo: a possibilidade da opinião *pública crítica e orientadora* poder ser contaminada e até eliminada pela *opinião generalizada e superficial*. E como esta contaminação é, na realidade, possível, muitos sistemas ávidos de poder procedem no sentido da contaminação deliberada da opinião pública, pela opinião generalizada e superficial, apoltronada, assente em cidades de populações flutuantes, descomprometidas, vivendo em exclusivo a mera sobrevivência, numa atitude simultaneamente lúdica e irresponsável, aspectos que alguns teóricos chegaram ao atrevimento de considerar como a essência do homem.

A audiência que estes pontos de vista encontram é reveladora das viabilidades efectivas do problema, isto é, a perversão da opinião pública, como guia de governos, grupos políticos e de pressão, onde essa perversão é mais fácil de ocorrer do que no campo cultural e económico. Generalizar opiniões irresponsáveis, assentes no medo, na vantagem do imediato sobre o permanente é uma das grandes características do nosso tempo. A mentalidade do imediato, característica, repito, do nosso tempo, já se projecta de uma forma insidiosa no ponto de vista económico, na própria inflação. Projecta-se, igualmente, no ponto de vista social, na promoção imediata e pressionada. E no ponto de vista político, revela-se nas soluções que querem adiar as

dificuldades para que o homem nosso contemporâneo se julgue desprovido de quaisquer necessidades que não sejam as materiais e acessíveis, sem maior esforço. Diminuir as decisões responsáveis, passar para o «futuro» o que for difícil, eis a consequência da difusão, como centro de interesses da vida colectiva, do superficial, do ocasional, do inútil sugestivo, dificultando na opinião generalizada a formulação de uma opinião pública, isolando-a, quando responsável. O *Carpe Diem* de Horácio tem hoje, como teve no Império Romano, com as consequências que sabemos, uma expressão de que se aproveitam – e exprimem – muitos dirigentes e figuras centrais da política e até da cultura. O homem unidimensional de Marcuse não é mais do que a actualização deste princípio de Horácio, o seu ajustamento à sociedade industrial do nosso tempo, a tentativa de adiar o difícil, tornando-o «fácil» pela ideologia sugestiva amortecedora e pelo modelo convidativo e irresponsável. Nesta orientação, os motivos de preocupação, prevenção ou mesmo angústia devem ser tomados como perturbadores e tratados de maneira que a preocupação se esbata, não pela análise profunda dos seus fundamentos mas pelo adiamento sistemático da consideração das probabilidades mais pertinentes, de modo a tomar menos tensas e mais vivenciais as «razões de intervenção».

Este conflito entre a opinião pública responsável e a opinião generalizada é explorado sistematicamente, pondo os meios de comunicação social ao serviço do fútil, do imediato, do curioso. Não raro vemos os noticiários da televisão ou da rádio anunciarem um acontecimento grave, preocupante, que necessita ponderação e logo o dissolver num conjunto de casos circunstanciais engraçados, distractivos, na intenção, deliberada, porque prosseguida com regularidade, de futilizar o telespectador ou o ouvinte, o leitor do jornal ou da revista, tornando-o «descomprometido» ou unilateral.

Este processo é sistemático e não é inocente. Ele visa dois objectivos. Um primeiro é isolar socialmente, como maçadora, a opinião responsável, susceptível de analisar, de modo diversificado, mas sempre em debate, os motivos de preocupação colectiva. Uma vez isolada essa verdadeira opinião pública, a opinião generalizada e futilizada, particularizada e desabituada da ponderação comparativa torna-se muito mais susceptível de pressão. Os grandes terrores manipulados, inflacionados e espectaculares tornam-se fáceis de impor. Deste modo, têm audiência maior as soluções de recuo, de conviência, de desistência. A futilização do meio toma fácil aceitar as consignas espectaculares mas acéfalas, ainda que, existencialmente, impressionantes. Citemos a tão célebre mas absolutamente idiota consigna *antes vermelhos que mortos* ou a exploração da esperança do futuro, sem dizer o que

dele se pensa fazer ou impondo-a pela dependência de situações inaceitáveis de cedência e cobardia.

O outro ponto é que a opinião generalizada, desprovida de categorias assentes na ponderação do real, na preocupação de interpretar as questões e os problemas com racionalidade e cautela analítica, fica muito mais à mercê das categorias fabricadas em sistema, exclusivas, para apoio dos raciocínios da dedução confirmativa. Quero eu dizer, assentes em categorias e princípios, cuja verdade deixou de se discutir ou de se ponderar e que entregam o seu brilho persuasivo, a sua prova à coerência e à sugestividade plástica como forma de apresentação pedagógica das supostas evidências. Vejamos nas manifestações as máscaras, a mímica, os gigantones, etc. como antecipação da realidade anunciada e assim conduzida a uma forma de evidência meramente espectacular.

Futilizando a opinião generalizada, ela torna-se facilmente pasto das categorias pré-determinadas que, por ausência de contestação ou isolamento da opinião pública crítica, acusada de burguesa, reaccionária, inimiga de classe, partidária dos exploradores, etc., é circunstancializada ou isolada. Nestas condições a opinião generalizada, pela sua própria futilidade, engrena, sem dificuldade imediata, em explicações de conteúdo automatizado e antecipado; deixa de ter esse mínimo de poder crítico selectivo e orientador que caracteriza a opinião pública, pelo menos até verificar – e isso acontece inevitavelmente – que foi vítima de um logro. Processo que leva anos. Custa sangue, suor e lágrimas e uma luta interminável onde o resultado prático se vê pelo regresso da opinião generalizada à aliança com a opinião pública crítica.

O objectivo, portanto, a atribuir às análises à volta da opinião pública tem de ser o de considerar como unir ou impedir que se separe a opinião generalizada da verdadeira opinião pública de modo a que nem o lúdico e imediato, o circunstancial, o confortável ou o ideológico e o sistemático a dominem e transformem as nações, as comunidades e os Estados em massas de surdos, de irresponsáveis e fúteis, entregues aos que a si mesmos se tomam por super-homens.

Para esse efeito, as fundamentações históricas das comunidades, a consciencialização dos interesses permanentes, dos inevitáveis condicionalismos geopolíticos em que se insere a defesa necessária, a consciência da superioridade das decisões responsáveis sobre os cálculos ocasionais e aterrorizantes, a disciplinação dos partidos no sentido de contribuírem para a

consciencialização da opinião pública e desistirem da sua manipulação, são recursos pelos quais, incansavelmente, devemos lutar por que se pratiquem. Neste processo da junção da opinião pública com a opinião generalizada entram também o apelo à consciência do político, às virtudes morais da modéstia e da humildade, à consciência de que se o homem é susceptível de se futilizar e de se circunstancializar, também é susceptível de cair em si, analisar os acontecimentos com coragem e ponderação, desde que seja advertido e participe nessa advertência uma consciência de situação, procurada com espírito de verdade. É dessa forma que o homem melhor se realiza sem procurar a transformação do seu meio pela radicalidade das soluções, que constitui a utopia mais cara e mais perigosa que tem obseciado a vida das comunidades contemporâneas.

Para o conseguir, evidentemente que uma formação cultural de racionalidade humanística, ao mesmo tempo que axiológica e comunitária são indispensáveis.

Não são, decerto, bastantes os planos de alfabetização logo seguidos da imposição de uma ideologia monolítica.

O processo já era conhecido e praticado no Império Turco com os seus janisários que, aliás, acabaram por se tomar uma solução pouco segura. É muito mais necessário um ensino efectivamente voltado para o culto da verdade e da realidade, como superiores à ideologia e ao sistema. Uma educação que assente no culto da verdade e repudie a uniformidade artificial da ideologia.

De tremendas consequências na vida social de hoje, é esse postulado manipulador que estabelece a coincidência entre verdade e sistema. É ele que divide irremediavelmente os homens do nosso tempo e transforma as nossas comunidades em *tribos de adeptos* como, nos tempos antigos, havia as *tribos de sangue*. Há que defender o direito ao particular social ou racional sempre possível e que se legitima pelos frutos, desde que se aceite que podem ser diferentes os acessos à verdade, desde que se acredite que esta existe e que é dado aos homens poderem alcançá-la.

Para este objectivo, de novo, a História pode ser de uma importância inestimável. Tão grande papel pode ter que as ideologias da generalidade e do sistema se procuraram apoderar dela, açaimando-a dentro dos postulados da necessidade, da consequência apresentada como inevitável, da sujeição das sociedades humanas a leis únicas e irresistíveis. Uma vez estabelecida esta concepção de História com a exclamação de que não há outra, a opinião generalizada encontra nesta futilidade científica, nesta superficialidade apresentada como sábia e

detentora do futuro e do passado, uma aparência de profundidade. Aparência que facilita o debate superiorista e dirigente do grupo no poder e ao mesmo tempo o isolamento do discordante, a sua execução ou exautoração, conforme as condições e as oportunidades.

Evidentemente que a História necessarista, as filosofias necessaristas não são científicas, não são verdadeiras. Para o provar só podemos recorrer ao espólio histórico da experiência concreta, vivida pelo dia-a-dia das comunidades, à experiência das suas dificuldades resolvidas em ponderação, unidade e no cálculo constante e realista das forças em presença, à beleza da cultura particularizada, nos laços sociais estabelecidos e confirmados por centenas de anos de dificuldades, convivência, exercício e sucesso. Essas leis históricas, impostas por necessidade, dissolvem nas abstrações a experiência concreta dos homens e propõem-lhe, em vez disso, a consequência preparada.

A História ensinada ou antes considerada não em sistema mas em experiência, em drama humano pessoal e colectivo, na análise dos triunfos e das derrotas, nas constantes ponderações, caso a caso, conduz a uma opinião pública crítica, vigilante e sacrificada, pelo exercício das características humanas da racionalidade e da criatividade, pelo amor à verdade e à consideração das sequências nacionais em termos de possível, ao alcance do cidadão. Condições essenciais para que possa existir uma opinião pública responsável.

Esta História não vai dizer, como a ideologia sistemática, que o passado é igual ao presente. Vai dizer e diz que, em cada momento do seu passado, as nações que hoje existem e as que se preparam para existir sempre tiveram e têm maneira de resolver os seus problemas porque os consideraram solúveis dentro dos recursos e do todo inabalável da comunidade. A História vai dar as diferentes comunidades como conjuntos humanos que constróem o seu próprio destino dentro das potencialidades variáveis, exemplos de sequências sociais diversas, providas de recursos cujo aproveitamento nunca pode ser geral e é sempre uma realização colectiva. São muitas as casas que alojam os homens como diz o Evangelho: são muitas as nações e todas podem confluir, se o amor à verdade, o gosto pela diversidade, a urgência da criação própria assentar numa convicção da convergência do humano, mas não na sua uniformidade.

A História de Portugal ou da França, da Espanha, da Rússia, da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos ou do Brasil, da África do Sul ou do Egito, aprendida pelos seus nacionais, em termos de problemática específica, em termos de desafio

constante e de identidade nacional a defender e a prosseguir é um elemento fundamental eficiente contra a futilização da opinião generalizada e portanto para defesa da verdadeira opinião pública.

A futilização da opinião generalizada assenta essencialmente na retirada, por diversas formas obtida, de categorias alternativas e no estabelecimento das fórmulas simplificadoras, quaisquer que elas sejam. Não é esta a característica da cultura ocidental. Lembrarei os debates amplos e generalizados na Literatura, na Arte, na Filosofia, na Religião, no Direito, na Política que sempre se verificaram entre nós, para se verificar que, na essência desta cultura, na sua melhor tradição, está a diversidade, assente, para a esperança do resultado, no princípio da convergência possível, não no esmagamento do adversário. Sempre esse princípio foi vivido como superior à uniformidade do sistema. Tem sido essa a salvação e a mensagem da cultura ocidental e a sua manifestação tangível como cultura.

Da mesma forma que a análise dos sucessos políticos, dos problemas económicos e sociais, também a História da Cultura vista nesta perspectiva de debate, confronto e procura da verdade (e não no conceito intrinsecamente céptico da cultura como super-estrutura do económico e do social) permite dar aos homens meios de crítica, análise e decisão superiores à fórmula exclusiva e sistemática da consequência.

Nesta concepção da procura de diversidades convergentes, o historiador aparece como aquele que apresenta as forças e as posições em debate e confronto e revela o modo como, caso por caso, elas foram resolvidas e quais as atitudes espirituais e de mentalidade que facilitaram a unidade das nações e a sua consequente permanência, uma vez que, quando o confronto se toma irreversível, não há Nação que resista. Algo de definitivo se perde do seu património próprio.

A História, para a opinião pública, tem portanto que ser concreta, não abstracta, facilitando a exemplaridade e a comparação, de modo a que a experiência das crises e das situações habitue o cidadão à necessidade de ponderar soluções e de reter atitudes e propostas. Assim no que se refere à História de Portugal, por exemplo, não nos pode interessar uma sistemática histórica que anule a nossa particularidade típica. Não por ideologia mas por exigência da observação científica e reconstrução do passado em problemática. A análise concreta do nascimento do Estado português não é substituível, em caso nenhum, por uma doutrinação, qualquer

que ela seja. Não quero dizer que uma teorização não seja útil ou até indispensável. O que quero dizer é que ela tem de estar sempre sujeita à verificação ou à crítica do concreto ocorrido, aos factos que se provam ser reais.

O mesmo diremos para a crise de 1383-1385, agora sujeita a um estendal vergonhoso da necessidade classista, em vez de apontar as efectivas exigências globais da época que a comunidade portuguesa só conseguiu aproveitar porque se orientou pelo sentido da unidade e do aproveitamento conjunto das condições de sobrevivência, a que todos se submeteram. A crise de 1383-1385 não é um modelo, é um caso que se estuda para se ver como sobreviveu a Nação. Modelos podem ser os homens, não os acontecimentos. Estes últimos exprimem as colectividades no momentâneo das ocorrências a que os homens dão sentido, relevância e capacidade de solução. Diremos o mesmo para a ocupação espanhola de 1580 a 1640, para os acontecimentos diplomáticos e políticos da vida nacional portuguesa nas guerras de Napoleão e do Império de 1792 a 1815. Em suma, diremos o mesmo para todas as situações, para todas as histórias e todas as nações.

História concreta, apoiada, sem dúvida, em teorizações analíticas e de racionalidade, nunca superiores ao conhecimento dos sucessos reais que permitem a formulação consciente de um debate e da opinião que daí resulta.

Ao lado da História, a consideração das forças do mundo em que cada comunidade está inserida é também uma condição fundamental para a desfutilização da opinião generalizada. Cobrem-se assim de ridículo – ridículo é o termo – aqueles que, conhecendo as manifestações pacifistas, promovidas por corações ávidos de guerra civil que doutrinam e aconselham, dizem acreditar na sinceridade dos seus objectivos. São verdadeiramente verificações funcionais do alcance que, em cada momento, tem a manipulação da opinião generalizada, quando a sua futilização se apoderou da área política.

Quem considera que as comunidades precisam de se manter coesas e convergentes – o que não quer dizer uniformes e antecipadamente obedientes – sabe que a tarefa essencial hoje é a da criação e manutenção da opinião pública esclarecida. Tarefa essencial uma vez que ela está sujeita à pressão máxima do imediato e da notícia circunstancial empolada e sempre, tentativamente, dominante. O esforço é possível, o resultado positivo também o pode ser. Mas não nos iludamos. Isso não exige só equipamento militar. O que precisa é de lutar para que as democracias se não transformem em formas paralelas de comunidades inimigas, enquanto não chega o momento de se suprimirem. Antes das armas, este esforço envolve a defesa da

verdade, uma filosofia do homem em que a preocupação da realidade seja ensinada como superior à ideologia.

Para a criação de uma opinião pública vigilante e crítica, as exigências espirituais ou culturais são, repito, tanto ou mais importantes que as armas. Estas precisam de convicção e de dignidade para serem usadas com o sentido do sacrifício necessário. A luta pela opinião pública é pois uma condição essencial para a manutenção da humanidade redimida.

Esta é, penso eu, quanto à opinião pública, a advertência fundamental para a nossa época.